

PANATLÂNTICA S.A.

COMPANHIA ABERTA-Código CVM 94

CNPJ 92.693.019/0001-89 NIRE JUCISRS 43.3.0000227-0

ATA DA 362ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AOS 26 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026, ÀS 09H, POR CONFERÊNCIA TELEFÔNICA CENTRALIZADA NO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA COMPANHIA LOCALIZADO NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP, NA RUA CÂNDIDO ESPINHEIRA, 350, SALA 32, OBSERVANDO A CONVOCAÇÃO FORMAL REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2026 REUNIU-SE A TOTALIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. RAUL MASELLI E SECRETARIA DA DRA. LUCIANA MEIRA, A SER TRATADA A SEGUINTE **ORDEM DO DIA: 1) APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2025. E DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO; 2) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NOS PADRÕES EXIGIDOS PELA CVM; 3) APROVAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA O DIA 28 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10H, NA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA LOCALIZADA NA CIDADE DE GRAVATAÍ, PARA DELIBERAR SOBRE: i) TOMADA DE CONTAS-VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REF. 2025; ii) DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS REF. 2025, DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS REF. 2025; iii) FIXAR O NÚMERO DE CONSELHEIROS EM 5 (CINCO) MEMBROS; iv) ELEGER CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO BIÊNIO 2026-2028; E v) FIXAR REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O ANO 2026. DELIBERAÇÕES:** APÓS AS DISCUSSÕES RELACIONADAS ÀS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA, OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER RESSALVAS E/OU RESTRIÇÕES, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE:

- 1) APROVAR AS **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** ANUAIS AUDITADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2025 E AUTORIZAR OS DIRETORES DA COMPANHIA A ADOTAREM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA SUA PUBLICAÇÃO NO JORNAL E NOS CANAIS DE COSTUME, CONFORME MINUTA ANEXA;
- 2) APROVAR A **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** NOS PADRÕES EXIGIDOS PELA CVM, CONTIDA NO ANEXO I DESTA ATA;
- 3) APROVAR A **CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** PARA O DIA 28.04.2026, A SER REALIZADA ÀS 10H, DE FORMA PRESENCIAL NA SEDE SOCIAL DA COMPANHIA LOCALIZADA NA CIDADE DE GRAVATAÍ/RS; PARA DELIBERAR SOBRE:
 - i) A TOMADA DE CONTAS-VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REF. 2025;
 - ii) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2025, NO VALOR DE R\$ 49.866.409,56 (QUARENTA E NOVE MILHÕES, OITOCENTOS E SESENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ESTATUTOS DA EMPRESA, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL AS SEGUINTE DESTINAÇÕES: I) RESERVA LEGAL (5%) – R\$ 2.493.320,48 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS); II) RESERVA ESTATUTÁRIA –R\$ 35.551.014,09 (TRINTA E CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATORZE REAIS E NOVE CENTAVOS); III) DISTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA DE DIVIDENDOS – R\$ 11.843.272,27 (ONZE MILHÕES, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E

SETENTA E DOIS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), REPRESENTANDO 25% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, DISTRIBUÍDOS ENTRE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE FORMA NÃO IGUALITÁRIA, À RAZÃO DE R\$ 1,8603928214 POR AÇÃO PREFERENCIAL E R\$ 0,4337452113 POR AÇÃO ORDINÁRIA, CONFORME ART. 6º ALÍNEA A DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, SENDO A DISTRIBUIÇÃO PARA AÇÕES PREFERENCIAIS REALIZADA COM BASE NO CRITÉRIO DE 6% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO. EM DECORRÊNCIA DA PROMULGAÇÃO DA LEI 15.270/2025, VALORES PAGOS A PESSOAS FÍSICAS ACIMA DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) PODERÃO FICAR SUJEITOS À RETENÇÃO, POR PARTE DA COMPANHIA, DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE;

- iii) APROVAR A ELEIÇÃO DE 5 (CINCO) CONSELHEIROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
- iv) REELEGER, PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OBSERVANDO O PRAZO DE 02 ANOS DE MANDATO, OS SEGUINTE MEMBROS: 1) RAUL MASELLI, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO; 2) RINALDI MASELLI; 3) GILDO GARCIA; E 4) LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ; COMO CONSELHEIROS, E 5) ANGÉLICA MARIA DE QUEIROZ, NA CONDIÇÃO DE CONSELHEIRA INDEPENDENTE, OS QUAIS, EM CUMPRIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 80/2022, EM SEU ARTIGO 25, SEGUEM QUALIFICADOS NO ANEXO 2; E
- v) FIXAR A REMUNERAÇÃO MENSAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL O VALOR DE ATÉ R\$ 712.500,00 (SETECENTOS E DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS) MENSAIS, PODENDO SER CORRIGIDA PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IGPM-FGV).

NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO OU DELIBERADO, FOI LAVRADA A PRESENTE ATA QUE, DEPOIS DE LIDA E APROVADA, FOI ASSINADA POR TODOS OS PRESENTES. SÃO PAULO/SP, 26 DE MARÇO DE 2026. ASSINATURAS: RAUL MASELLI – PRESIDENTE DA MESA, LUCIANA MEIRA – SECRETÁRIA DE MESA. CONSELHEIROS PRESENTES: RAUL MASELLI; RINALDI MASELLI; GILDO GARCIA; LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ E ANGÉLICA MARIA DE QUEIROZ. CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO ARQUIVADO NA SEDE DA COMPANHIA.

SÃO PAULO/SP, 26 DE MARÇO DE 2026.

RAUL MASELLI
Presidente da Mesa

LUCIANA MEIRA
Secretária da Mesa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A. É com elevada consideração que comunicamos aos Senhores Acionistas que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Panatlântica S.A. reafirmou a solidez de sua trajetória industrial, mantendo a continuidade e a consistência de suas operações mesmo em ambiente econômico desafiador para o setor siderúrgico nacional.

B. A Companhia permaneceu atuando no atendimento às indústrias metalmecânicas, realizando o processamento e o fornecimento de aços planos, bem como a prestação de serviços relacionados a produtos siderúrgicos, mantendo relacionamento comercial com clientes em diversas regiões do Brasil.

C. O exercício de 2025 foi conduzido com disciplina operacional e prudência financeira, em contexto de volatilidade nos preços do aço, alto volume de importação, oscilações cambiais e condições de crédito restritivas, fatores que influenciaram o comportamento da demanda industrial ao longo do período.

D. Os créditos tributários federais decorrentes de decisões judiciais favoráveis foram regularmente compensados ao longo do exercício, em conformidade com a legislação aplicável, contribuindo para o desempenho financeiro e para o fortalecimento da estrutura patrimonial da Companhia.

E. A Administração deu continuidade ao programa permanente de modernização do parque fabril, promovendo investimentos seletivos em unidades operacionais estratégicas do grupo, com foco na atualização tecnológica, no aumento da eficiência industrial e no fortalecimento dos controles operacionais. Tais iniciativas abrangeram Centros de Serviços e operações logísticas, de acordo com o planejamento corporativo e as prioridades definidas para o exercício.

F. A Companhia atravessou os exercícios anteriores mantendo níveis operacionais consistentes, preservando sua capacidade produtiva e sua estrutura organizacional, fundamentos que sustentam sua continuidade empresarial.

G. Para o exercício de 2026, as perspectivas permanecem condicionadas à evolução do ambiente macroeconômico, às medidas voltadas ao equilíbrio do setor siderúrgico nacional e ao comportamento da atividade industrial. A Administração ingressa no novo exercício com postura responsável e confiante, mantendo foco na eficiência operacional, na competitividade e na preservação da solidez financeira que historicamente caracterizam a Companhia.

H. Permanecemos comprometidos com o aprimoramento contínuo da governança corporativa e com o fortalecimento das práticas ambientais e sociais, em consonância com a certificação ESG obtida em 2025, reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade e com todas as partes interessadas.

I. Reiteramos a política de valorização e manutenção do quadro diretivo e operacional das empresas do grupo, reconhecendo no capital humano um dos pilares essenciais da estabilidade e do desenvolvimento sustentável da Companhia.

J. Registramos nossos agradecimentos à CSN, importante fornecedora de aços planos, às instituições financeiras parceiras, aos colaboradores e ao fiel quadro de clientes industriais e de serviços, cuja confiança contribui para a continuidade de nossas atividades.

K. Como expressão de nossa filosofia administrativa tradicional, parcela relevante das reservas de lucros acumulados permanece retida na Companhia, fortalecendo sua base patrimonial e assegurando estabilidade, responsabilidade e visão de longo prazo aos seus acionistas.

L. A Companhia declara não manter contratos com seus auditores independentes ou partes relacionadas que não estejam vinculados exclusivamente à prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM (em reais mil)									
ATIVO					PASSIVO				
		CONSOLIDADO		CONTROLADORA				CONSOLIDADO	
	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		981.170	1.204.075	360.314	427.568	CIRCULANTE		470.832	548.199
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	21.699	25.070	2.033	6.953	Fornecedores	12	297.438	307.273
Aplicações de Liquidez Imediata ..	5	328.026	435.217	126.552	144.881	Empréstimos e Financiamentos ..	13	135.167	179.430
Clientes.....	6	224.310	282.204	64.718	99.756	Salários e Contribuições.....		4.709	4.681
Adiantamentos a Fornecedores ..		8.557	13.217	96	281	Impostos a Recolher.....	14	9.673	13.094
Estoque.....	7	284.783	294.669	103.070	102.567	Outras Contas a Pagar.....		5.758	17.000
Impostos a Recuperar	8	110.700	151.050	63.663	73.006	Dividendos a Pagar		13.081	21.529
Outras Contas a Receber		3.095	2.648	182	124	Férias e Encargos a Pagar.....		5.007	5.192
NÃO-CIRCULANTE		434.924	413.353	823.178	926.526	NÃO-CIRCULANTE		203.202	320.193
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		68.768	65.554	63.345	60.419	EXIGIVEL A LONGO PRAZO		203.202	320.193
Depósitos Judiciais.....		6.943	8.223	4.673	5.905	Empréstimos e Financiamentos ..	13	183.338	303.558
Outros Créditos		4.534	359	4.409	278	Tributos a Recolher/Diferidos	14	12.074	12.621
Impostos a Recuperar	8	57.291	56.972	54.263	54.236	Provisões p/Contingências		2.722	2.182
INVESTIMENTOS	10	6.752	6.752	689.605	762.137	Outras Contas a Pagar.....		5.069	142
IMOBILIZADO	11	354.680	336.335	68.300	102.244	Partes Relacionadas	9	-	1.690
INTANGÍVEL	4.10	4.724	4.712	1.928	1.726	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		742.060	749.036
TOTAL DO ATIVO		1.416.094	1.617.428	1.183.492	1.354.095	Capital Social	15	450.000	450.000
O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis						Reservas de Capital		103	103

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		2.531.400	2.771.810	854.931	973.800
Mercado Interno		2.506.681	2.746.864	830.212	948.964
Mercado Externo		24.719	24.946	24.719	24.836
Impostos e Devoluções		(602.870)	(662.085)	(215.373)	(246.034)
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA		1.928.530	2.109.725	639.558	727.766
Custos das Vendas de Prod. e Serviços ..		(1.717.282)	(1.848.647)	(579.775)	(656.348)
LUCRO BRUTO		211.248	261.078	59.783	71.418
Receitas/Despesas Operacionais		(126.161)	(132.667)	23.029	39.762
Despesas Gerais e Administrativas.....		(63.324)	(71.769)	(22.676)	(28.306)
Despesas com Vendas.....		(71.822)	(73.410)	(20.384)	(21.390)
Outras Rec./Desp. Operacionais.....		8.985	12.512	7.307	(471)
Resultado Equivalência Patrimonial Nota 10).....		-	-	58.782	89.929
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		85.087	128.411	82.812	111.180
Despesas Financeiras.....		(68.406)	(63.519)	(56.700)	(46.929)
Receitas Financeiras		60.512	55.112	24.880	20.455
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		77.193	120.003	50.992	84.706
Tributos Correntes (Nota 23).....		(27.338)	(35.356)	(1.137)	(58)
Tributos Diferidos		11	11	11	11
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		49.866	84.659	49.866	84.659
Lucro básico e diluído por ação.....		2,08	3,54	2,08	3,54
O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDOS EM (em reais mil)

		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		49.866	84.659	49.866	84.659
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		49.866	84.659	49.866	84.659
ATRIBUÍDO A SÓCIOS DA EMPRESA		49.866	84.659	49.866	84.659
CONTROLADORA					
O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS		2.524.901	2.754.624	857.200	965.122
Vendas de Produtos e Serviços		2.519.230	2.759.912	850.605	969.718
Outras Receitas/Despesas		8.737	(4.802)	9.232	(4.596)
Ganhos/Perdas no Receb. de Créditos.....		(3.066)	(486)	(2.637)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.297.906)	(2.454.363)	(779.513)	(882.968)
Matérias-Primas Consumidas		(1.942.917)	(2.126.691)	(640.684)	(741.798)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(355.197)	(341.497)	(136.904)	(141.867)
Recuperação/Perda de Valores Ativos		208	13.825	(1.925)	697
VALOR ADICIONADO BRUTO		226.995	300.261	77.687	82.154
RETENÇÕES		(17.419)	(14.642)	(2.516)	(2.379)
Depreciações e Amortizações (Nota 11) ...		(17.419)	(14.642)	(2.516)	(2.379)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		209.576	285.619	75.171	79.775
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		60.512	55.112	83.662	110.384
Resultado da Equiv. Patrimonial (Nota 10)		-	-	58.782	89.929
Receitas Financeiras		60.512	55.112	24.880	20.455
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		270.088	340.731	158.833	190.159
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		270.088	340.731	158.833	190.159
Empregados		79.698	75.371	23.141	23.225
Salários e Encargos		79.698	75.371	23.141	23.225
Tributos		71.998	116.954	29.125	35.295
Federais		57.169	82.940	16.909	19.848
Estaduais.....		12.574	32.655	11.904	15.142
Municipais		2.255	1.359	312	305
Financiamentos		68.526	63.747	56.700	46.978
Juros/Aluguéis		68.526	63.747	56.700	46.978
Remuneração de Capital Próprio		49.866	84.659	49.866	84.659
Lucros Retidos		49.866	84.659	49.866	84.659
O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (em reais mil)

Descrição	CAPITAL Social	RESERVAS de Capital	RESERVA REAV./AJUSTE AVALIAÇÕES Controladas	AJUSTE DE AVALIAÇÃO - Controladora	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS Acumulados	Total
					RESERVA Legal	RESERVA Estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	450.000	103	8.841	465	45.506	335.650	-	840.564
Realização Reservas	-	-	-	(21)	-	-	21	-
Provisão Distribuição Dividendos.....	-	-	-	-	-	(20.107)	-	(20.107)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(156.080)	-	(156.080)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	84.659	84.659
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	4.233	-	(4.233)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	80.447	(80.447)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	450.000	103	8.841	444	49.739	239.910	-	749.036
Realização Reservas	-	-	-	(21)	-	-	21	-
Provisão Distribuição Dividendos.....	-	-	-	-	-	(11.843)	-	(11.843)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	49.866	49.866
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	2.493	-	(2.493)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	47.394	(47.394)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	450.000	103	8.841	423	52.232	230.461	-	742.060
O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis								

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

		CONSOLIDADO		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS									
Lucro Líquido do Exercício		49.866	84.659	49.866	84.659	218.404	209.990	92.674	82.803
Ajuste por:									
Depreciações e Amortizações (Nota 11)		17.420	14.642	2.516	2.379				
Ganho Equivalência Patrimonial (Nota 10)		-	-	(58.782)	(89.929)				
Juros s/Empréstimos e Financiamentos		59.613	50.325	54.758	45.991				
Baixa Líquida de Investimentos		-	15.754	-	18.302				
Venda/Baixa de Ativos Imobilizados.....		2.093	636	36.251	-				
Baixas de Ativo Intangível		17	-	26	-				
Impostos sobre o lucro		27.327	35.345	1.126	47				
Variação dos Ativos e Passivos									
(Aumento) Redução de Clientes		53.551	(19.665)	30.695	(5.369)				
(Aumento) Redução nos Estoques		9.886	(47.949)	(504)	(4.854)				
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar.....		40.031	28.024	9.316	9.541				
(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber		5.661	26.321	1.572	2.857				
Aumento (Redução) em Fornecedores ..		(9.835)	57.696	(2.855)	19.192				
Aumento (Redução) nos Impostos a Recolher/Diferido		(5.712)	2.703	(231)	(397)				
Aumento (Redução) nos Salários/Férias e Contribuições		(157)	1.135	46	76				
Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar		(5.772)	(4.291)	(30.000)	355				
Impostos pagos		(25.585)	(35.345)	(1.126)	(47)				
O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia, com sede em Gravataí (RS) e unidade industrial em Glorinha (RS), tem por objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não, próprios ou de terceiros. A Companhia poderá participar do capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais (*International Financial Reporting Standards-IFRS*). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Informações Contábeis de encerramento foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas Informações Contábeis e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações financeiras finais são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e das informações financeiras finais do período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025. As informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A partir deste exercício, a Companhia passou a apresentar suas demonstrações financeiras em milhares de reais (R\$ mil). Os valores comparativos foram ajustados para fins de comparabilidade, de conformidade com a Lei nº 6.404/76 e CPC 26. O Conselho de Administração autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2025, em 26 de março de 2026.

NOTA 03 - REPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS: Em assembleia geral realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição estatutária de dividendos no montante de R\$ 20.107, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2024, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. O pagamento será efetuado até 28 de novembro de 2025, aos acionistas titulares das ações na data da assembleia que deliberou sobre a destinação do resultado. Embora o montante aprovado represente a parcela de distribuição obrigatória de lucros prevista estatutariamente, a Companhia não reconheceu contabilmente o respectivo passivo no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2024. Desta forma, de acordo com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia realizou a retificação do balanço de 31 de dezembro de 2024, apresentado como comparativo nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2025, conforme abaixo:

	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Ativo - Controladora			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	151.834	144.881 (a)	6.953
Aplicações de liquidez imediata	-	(144.881) (a)	144.881
Outros ativos circulantes	275.734	-	275.734
Total do ativo circulante.....	427.568	-	427.568
Não circulante			
Outros ativos não circulantes	926.526	-	926.526
Total do ativo não circulante	926.526	-	926.526
Total do ativo	1.354.095	-	1.354.095
Passivo e patrimônio líquido - Controladora			
Circulante			
Dividendos e JCP a distribuir	1.422	20.107 (b)	21.529
Outros passivos circulantes	305.557	-	305.557
Total do passivo circulante	306.979	20.107	327.086
Não circulante			
Outros passivos não circulantes	277.972	-	277.972
Total do passivo não circulante	277.972	-	277.972
Patrimônio líquido			
Outros saldos patrimoniais	509.127	-	509.127
Reserva estatutária	260.017	(20.107)	239.910
Total do patrimônio líquido	769.144	(20.107)	749.037
Total do passivo e patrimônio líquido	1.354.095	-	1.354.095
Demonstrativo do fluxo de caixa - Controladora			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	84.659	-	84.659
Ajustes do lucro e variações de ativos e passivos	(1.855)	-	(1.855)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	82.804	-	82.804
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Outros investimentos	(2.986)	-	(2.986)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	(18.425) (a)	(18.425)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.986)	(18.425)	(21.411)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Outras atividades de financiamento	(58.011)	-	(58.011)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(58.011)	-	(58.011)
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	21.807	(18.425)	3.382
Ativo - Consolidado			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	460.287	435.217 (a)	25.070
Aplicações de liquidez imediata	-	(435.217) (a)	435.217
Outros ativos circulantes	703.691	-	703.691
Total do ativo circulante.....	1.163.978	-	1.163.978
Não circulante			
Outros ativos não circulantes	400.804	-	400.804
Total do ativo não circulante	400.804	-	400.804
Total do ativo	1.564.782	-	1.564.782
Passivo e patrimônio líquido - Consolidado			
Circulante			
Dividendos e JCP a distribuir	1.422	20.107 (b)	21.529
Outros passivos circulantes	526.669	-	526.669
Total do passivo circulante	528.091	20.107	548.198
Não circulante			
Outros passivos não circulantes	320.194	-	320.194
Total do passivo não circulante	320.194	-	320.194
Patrimônio líquido			
Outros saldos patrimoniais	509.127	-	509.127
Reserva estatutária	260.017	(20.107)	239.910
Total do patrimônio líquido	769.144	(20.107)	749.037
Total do passivo e patrimônio líquido	1.617.429	-	1.617.429
Demonstrativo do fluxo de caixa - Consolidado			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	84.659	-	84.659
Ajustes do lucro e variações de ativos e passivos	125.330	-	125.330
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	209.989	-	209.989
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Outros investimentos	(43.791)	-	(43.791)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(43.791)	(10.993) (a)	(54.784)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Outras atividades de financiamento	(139.580)	-	(139.580)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(139.580)	-	(139.580)
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.618	(10.993)	5.625

(a) Reclassificação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa para a rubrica de aplicações financeiras de liquidez imediata. A reclassificação foi realizada para uma melhor apresentação das reais necessidades de caixa do Grupo. **(b)** Reclassificação dos dividendos mínimos obrigatórios, anteriormente apresentados na rubrica de reservas estatutárias, para o passivo circulante. A rubrica de dividendos e JCP a pagar apresentou um aumento de R\$ 20.107, enquanto a rubrica de reservas estatutária apresentou uma redução de R\$ 20.107. Os demais quadros, sendo eles o ativo, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração dos valores adicionados não sofreram alterações.

NOTA 04 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: 4.1 Consolidado - As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Panatlântica S.A. e suas controladas diretas Panatlântica Catarinense S.A. e a Panatlântica Ind. Com. de Tubos S/A., e suas controladas indiretas Açogol Serviços de Transporte e Logística Ltda., Panaser S/A - Beneficiamento de Aços, Açogol Transporte Siderúrgico Ltda., e a Tubospan S.A., denominadas em conjunto como "Grupo". Os saldos de Ativos e Passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação. Em agosto de 2025, a controlada indireta Panaser S/A – Beneficiamento de Aços, foi incorporada por sua controladora direta, a Panatlântica Tubos S.A.. **4.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais** - No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. **4.2 Estimativas e julgamentos contábeis** - Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo no valores reportados dos ativos, passivos, receitas e resultados reais e passivos divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas: **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i) Nota Explicativa nº 4.4 - Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment") - Ativos Financeiro; ii) Nota Explicativa nº 4.9 - Vida útil do imobilizado; A análise da vida útil estimada do ativo imobilizado; e iii) Nota Explicativa nº 4.12 - Provisão para contingências: Estimativas de perdas relacionadas a passivos contingentes. **4.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis** - A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. **4.4 Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado ao valor justo de mercado. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros não derivativos, um ativo financeiro, um ativo financeiro não derivativo ou ativo financeiro não derivativo, são classificados como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros** - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transferir nem manter substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira o Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.5 Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas (Nota 07). **4.6 Impostos a Recuperar** - Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte (Nota 08). **4.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes** - Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **4.8 Investimentos** - Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo (Nota 10). **4.9 Imobilizado** - Edificações, Terrenos, Instalações, Máquinas e Equipamentos são os itens principais do imobilizado, sendo demonstrados pelo custo de aquisição ou avaliação. A depreciação dos bens é feita pelo método linear. O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às atividades operacionais. Sobre os mesmos, existem controles eficazes que possibilitam identificação de perdas e/ou mudanças de estimativas de vida útil. As Cias. no decorrer dos exercícios revisam e ajustam, quando necessário, a vida útil-econômica estimada de cálculo da taxa de depreciação (Nota 11). **4.10 Intangível** - Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10. A amortização dos direitos é feita pelo método linear à taxa de 20,0% a.a. **4.11 Passivo Circulante e Não Circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes às condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento. **4.11.1 Empréstimos e Financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva (Nota 13). **4.11.2 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. **4.12 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes** - Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro. **4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente** - O Imposto de Renda e a Contribuição Social de exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas de adicional de 10,0% sobre o lucro tributável exceto o dente de R\$ 240,0 para Imposto de Renda e 0,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30,0% do lucro real do exercício. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim de cada período/regime fiscal (Nota 23). **4.14 Apuração do Resultado** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **4.15 Reconhecimento das Receitas de Vendas** - O Grupo utiliza o modelo, para determinação do reconhecimento de receitas

Descrição	PANATLÂNTICA CATARINENSE S.A.
(=) Saldos em 31/12/2023	237.002
(+/-) Equivalência Patrimonial	34.554
(-) Distr. Lucros/Baixa de Invest.	(33.000)
(=) Saldos em 31/12/2024	238.556
(+/-) Equivalência Patrimonial	28.974
(-) Distribuição Lucros	(80.000)
(=) Saldos em 31/12/2025	187.530
A controlada Induminas S/A., foi incorporada em 05 de setembro de 2024, conforme ata da AGE de 05/09/2024, sendo que em outubro de 2024, a mesma foi vendida. A controlada indireta Panaser S/A., foi incorporada em 01 de setembro de 2025, conforme ata da AGE de 28/08/2025, pela sua controladora Panatlântica Tubos S/A., sendo que a mesma, se tornou uma filial.	

originadas de contratos com clientes, composto por cinco passivos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. O Grupo avaliou os 05 (cinco) passivos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pela norma contábil: i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. Desta forma, a receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida para os compradores. A receita é reconhecida, geralmente, na entrega dos produtos aos clientes. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. **4.16 Demonstração do Valor Adicionado - DVA** - A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4.17 Pronunciamentos Novos e/ou Revisados, Aplicados pela 1ª vez em 2025 - As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **i) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis** - Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para a fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; • Requisitos para estimar a taxa de câmbio a vista quando uma moeda não é conversível em outra; • Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista por que uma moeda não é conversível em outra; • Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; • Exemplos ilustrativos; e • Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **ii) Orientação Técnica OCP 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBOI)** - Esta Orientação trata dos critérios objetivos de reconhecimento, mensuração e evidencição dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (IC02e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI). A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **a. Novas normas, revisões e interpretações emitidas, que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025** - Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: **i) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à remensuração dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. **ii) IFRS 16 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras** - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. **iii) Alterações na IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública** - Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **b. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)** - A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). **Avaliação de impacto:** A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. Além disso, concluiu com êxito os testes realizados em ambientes de homologação e produção para o correto destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Empresa reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requersem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora espere impactos nos fluxos de caixa futuros.

NOTA 05 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: 5.1) Caixa e equivalentes de caixa, abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em Caixa	43	1.294
Depósitos a Vista	8.819	0
Aplicações Financeiras	12.837	2.024
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.699	2.033

(*) A Companhia recebe em liquidação de direitos como Contas a Receber em moeda estrangeira e ordens de pagamento, das quais ela pode, conforme sua necessidade, de caixa e melhor aproveitamento de taxa cambial, efetuar o fechamento de câmbio e recebimento dos Reais equivalente em seu caixa. 5.2) As aplicações financeiras de liquidez não imediata, referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que não são prontamente convertíveis em caixa, considerando a data de transação. A classificação das aplicações financeiras depende do propósito pelo qual o investimento foi adquirido e estão avaliadas ao custo amortizado, de acordo com sua categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	98% a 103% do CDI	328.026
Total	328.026	435.217

NOTA 06 – CLIENTES:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Clientes Nacionais	227.514	280.937
Clientes Exterior	6.510	6.341
(-) Prov.de Perdas Estimadas	(5.371)	(5.074)
Total Líquido a Receber	228.653	282.204
Total do Ativo Circulante	224.310	282.204
Total Ativo não Circulante	4.343	-

Abaixo, a movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	5.074	6.416
Constituição PECLD	28	222
Reversão PECLD	-	(1.564)
Saldo Final	5.102	5.074

NOTA 07 - ESTOQUES:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos Prontos	82.120	97.748
Produtos em Elaboração	9.657	11.187
Matéria Prima	186.954	180.714
Materiais Divs./Outros	6.052	5.019
Total	284.783	294.668

NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR:

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF/IRPJ	14.006	46	22.260	44
PIS/COFINS-NORMAL	7.839	-	11.648	-
IPI/ICMS	43.900	3.014	47.340	2.689
Pis/Cofins s/Base do ICMS (i)	44.858	54.231	69.765	54.230
Outros	97	-	36	9
Total	110.700	57.291	151.049	56.972

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 11 – IMOBILIZADO:

Itens	CONSOLIDADO-QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO						Saldo em: 31/12/2025
	Saldo em: 31/12/2024	Incorp.Pser	Transf.	Adições	Baixas	Deprec.	
Terrenos, Edifícios e Instalações.....	165.663	20.998	213	35.887	(36.078)	(3.286)	162.399
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído.....	3.000	-	-	-	-	(32)	2.968
Máquinas e Equipamentos.....	118.466	7.352	25.948	13.205	(659)	(10.727)	146.233
Móveis e Utensílios.....	2.707	153	48	147	(31)	(357)	2.514
Veículos.....	11.076	-	-	1.498	(1.398)	(1.297)	9.879
Computadores e Periféricos.....	1.462	12	-	341	84	(612)	1.275
Outras Imobilizações.....	1.064	-	-	20	(211)	(2)	871
Sub-Total.....	303.438	28.515	26.209	51.098	(38.293)	(16.313)	326.139
Máquinas em Instalação.....	20.793	-	(25.948)	21.078	(17)	-	15.906
Obras em Andamento.....	12.104	-	(261)	827	(33)	-	12.637
Valor Liq. - Imobilizado.....	336.335	28.515	-	73.003	(38.343)	(16.313)	354.680

Itens	CONTROLADORA-QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO						Saldo em: 31/12/2025
	Saldo em: 31/12/2024	Adições	Baixas	Deprec.			
Terrenos, Edifícios e Instalações.....	64.858	101	(35.997)	(661)	-	-	28.301
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído.....	672	-	-	(32)	-	-	640
Máquinas e Equipamentos.....	18.182	1.097	(53)	(910)	-	-	18.316
Móveis e Utensílios.....	390	47	-	(49)	-	-	388
Veículos.....	179	363	-	(45)	-	-	498
Computadores e Periféricos.....	366	160	(4)	(134)	-	-	388
Outras Imobilizações.....	177	20	(197)	-	-	-	-
Sub-Total.....	84.824	1.788	(36.251)	(1.831)	-	-	48.531
Máquinas em Instalação.....	7.442	2.262	-	-	-	-	9.704
Obras em Andamento.....	9.977	88	-	-	-	-	10.065
Valor Liq. - Imobilizado.....	102.244	4.138	(36.251)	(1.831)	-	-	68.300

CONSOLIDADO - QUADRO DOS SALDOS						Valor Líquido
Taxa de Depreciação Anual (%)		Custo Corrigido	(-) Depreciação Acumulada			
Descrição		31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos.....	-	77.158	69.449	-	0	77.158
Edificações.....	De 2 a 10	129.373	130.080	(31.982)	(36.204)	97.391
Máquinas e Equipamentos.....	De 3 a 10	221.012	262.329	(110.713)	(116.096)	110.299
Instalações.....	De 3 a 10	4.350	4.481	(2.359)	(2.439)	1.991
Computadores e Periféricos.....	20	6.337	6.340	(4.694)	(5.066)	1.643
Móveis e Utensílios.....	De 5 a 10	6.580	6.768	(3.709)	(4.254)	2.871
Veículos.....	De 12 a 20	14.264	13.219	(2.454)	(3.340)	11.810
Obras em Andamento.....	-	10.028	12.637	-	-	10.028
Outras Imobilizações.....	De 12 a 20	2.441	963	(90)	(92)	2.351
Máquinas em Instalação.....	-	20.793	15.906	-	-	20.793
Totais.....	-	492.336	522.172	(156.001)	(167.491)	336.335

CONTROLADORA - QUADRO DOS SALDOS						Valor Líquido
Taxa de Depreciação Anual (%)		Custo Corrigido	(-) Depreciação Acumulada			
Descrição		31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos.....	-	39.867	3.870	0	0	39.867
Edificações.....	De 2 a 10	35.082	35.154	(10.059)	(10.720)	25.023
Máquinas e Equipamentos.....	De 3 a 10	48.543	49.393	(30.361)	(31.076)	18.182
Instalações.....	De 3 a 10	2.116	2.145	(1.475)	(1.508)	641
Computadores e Periféricos.....	20	1.742	1.781	(1.376)	(1.393)	366
Móveis e Utensílios.....	De 5 a 10	1.538	1.585	(1.148)	(1.197)	390
Veículos.....	De 12 a 20	422	785	(243)	(288)	179
Obras em Andamento.....	-	9.977	10.065	0	0	9.977
Outras Imobilizações.....	-	177	0	0	0	177
Máquinas em Instalação.....	-	7.443	9.704	0	0	7.442
Totais.....	-	146.907	114.482	(44.662)	(46.182)	102.244

NOTA 12 - FORNECEDORES:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Nacionais.....	295.730	301.623	125.225	128.081
Fornecedores Exterior.....	1.707	5.650	-	-
Total.....	297.437	307.273	125.225	128.081

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Apresentamos a seguir as operações contratadas junto às Instituições Financeiras.

Encargos	Consolidado		Controladora	
	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	Até 2025	-	63.950	-
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	Até 2026	115.480	115.480	-
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	Até 2027	73.264	81.273	-
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	De 2028 a 2030	110.134	222.285	-
SOMA.....	Circulante.....	318.504	482.988	179.430
Não Circulante.....	183.338	303.558	-	-

Encargos	Consolidado		Controladora	
	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	Até 2025	-	44.320	-
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	Até 2026	116.724	90.941	-
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	Até 2027	65.492	71.269	-
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.....	De 2028 a 2030	102.208	198.341	-
SOMA.....	Circulante.....	284.424	404.871	135.261
Não Circulante.....	167.700	269.610	-	-

Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONSOLIDADO						31/12/2024
Descrição		31/12/2025				
Saldo Inicial.....		482.988	406.192			
Captação.....		67.883	255.533			
Amortização Principal.....		(291.980)	(229.063)			
Provisão de Juros.....		59.613	50.326			
Saldo Final.....		318.504	482.988			
Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONTROLADORA						31/12/2024
Descrição		31/12/2025				
Saldo Inicial.....		404.871	283.840			
Captação.....		63.428	234.664			
Amortização Principal.....		(238.634)	(158.854)			
Provisão de Juros.....		54.759	45.222			
Saldo Final.....		284.424	404.871			

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis. A companhia assumiu obrigações contratuais de financiamentos que preveem a manutenção de determinados índices, sob pena de vencimento antecipado, conforme apresentado abaixo:

- i) Dívida financeira líquida / Ebitda inferior a 2,0;
ii) Índice de liquidez corrente maior do que 1,5;
iii) Disponibilidades superiores à dívida de curto prazo;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as obrigações.

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:

a) Obrigações fiscais

Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante						Controladora
Descrição		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
IRRF.....		1.434	1.561	457	521	
IRPJ/CSLL S/LUCRO REAL.....		5.408	7.150	318	-	
PIS/COFINS.....		539	0	21	0	
ICMS/PI.....		2.040	2.966	1	2	
OUTROS.....		252	1.417	63	93	
TOTAL IMPOSTOS CP.....		9.673	13.094	860	616	

b) Outras provisões fiscais

Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante						Controladora
Descrição		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
IRPJ/CSLL - Cred. Pres. ICMS.....		483	483	483	483	
IPTU/Outras Contribuições.....		2.848	3.311	655	1.118	
TOTAL IMPOSTOS LP.....		3.331	3.794	1.138	1.601	

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado						Controladora
Descrição		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
IRPJ-Diferido (c.1).....		6.429	6.490	3.508	3.515	
CSLL-Diferida (c.1).....		2.314	2.338	1.263	1.267	
TOTAL IMPOSTOS LP.....		8.743	8.828	4.771	4.782	

(i) **Tributos Diferidos (IRPJ/CSLL)** - A Companhia e suas Controladas procederam o registro dos tributos decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial sobre o ativo imobilizado: A controladora possui o equivalente a R\$ 93.149 de prejuízos fiscais acumulados, para os quais, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos. **NOTA 15 - PATRIMÔNIO LIQUIDO: a. Capital Social e Direito das Ações** - O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), que é composto por 22.907.083 Ações Ordinárias e 1.025.286 Ações Preferenciais, que totalizam 23.932.369 Ações, sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País. Em 2025, foram pagos na integralidade os dividendos mínimos obrigatórios, destacados no exercício de 2024, no equivalente a R\$ 20.107. Em 15 de outubro de 2025 foi aprovada pela assembleia geral extraordinária a distribuição de dividendos adicionais, referentes aos lucros do exercício de 2021, no equivalente a R\$ 45.000, sendo que foram integralmente pagos em 20 de outubro de 2025. Foram destacados ainda o equivalente a R\$ 11.843, referente a dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025. **b. Reservas - (a) Reserva legal:** Do lucro líquido do período, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20,0% (vinte por cento) do capital social. **(b) Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria:** Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas. **(c) Reserva de lucros:** Possui como principal finalidade assegurar a manutenção dos investimentos, do capital de giro e das operações. Trata-se dos lucros acumulados não destinados pela assembleia.

NOTA 16 - CONTRATOS DE SEGUROS: Devido à natureza e porte dos estoques de (produtos siderúrgicos) e principais bens do imobilizado (Prédios, Instalações e Equipamentos Industriais), é política da Companhia contratar seguros por valores condizentes, assumindo alguns riscos com sinistros, os quais são considerados de rara ocorrência. Os bens estão seguros contra incêndio, vendaval, acidentes pessoais, danos e roubos, da seguinte forma:

Consolidado		Controladora	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Incêndio, Raio, Explosão, Roubo, Danos elétricos, Vendaval, Granizo, Responsabilidade Civil.....	277.160	310.718	65.000
Lucros Cessantes.....	71.830	72.265	30.000
Acidentes Pessoais, Danos Materiais, Danos Corporais.....	25.002	44.107	650
TOTAL.....	373.992	427.090	95.650

As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

NOTA 17 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA: A Companhia patrocina, a funcionários que se inscreveram até agosto de 2019 de forma voluntária, um Plano de Complementação de Aposentadoria junto ao “Fundo Multipensões Bradesco”, constituído com características de plano de contribuição definida, no qual não tem obrigação de efetuar contribuições adicionais após o término da prestação dos serviços pelos funcionários. Nestes 12 meses de 2025, a Companhia contribuiu com R\$ 418,3 (R\$ 482,7 em 12/2024).

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS: A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limitam ao Risco de Crédito, Risco de Preço, Risco de Taxa de Câmbio e ao Risco de Juros. Para todos eles a Companhia adota medidas junto ao mercado onde atua para mitigar o impacto nas suas operações comerciais.

NOTA 19 - CONTINGÊNCIAS: A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável. Os riscos classificados como prováveis totalizaram R\$ 2.352 na controladora e R\$ 2.722 no consolidado (R\$ 230 na controladora e R\$ 2.182 no consolidado em 2024). Existe ainda o equivalente a R\$ 2.542 na controladora e R\$ 3.796 no consolidado, referente a processos passíveis cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada como possível e não estão reconhecidas contabilmente de vendas.

NOTA 20 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS: Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida:

Consolidado		Controladora	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta.....	2.531.400	2.771.810	854.931
Imposto de Renda.....	(70.432)	(78.354)	(23.105)
ICMS.....	(327.274)	(359.561)	(125.587)
PIS.....	(34.403)	(37.830)	(11.123)
COFINS.....	(128.643)	(174.296)	(51.232)
ISS.....	(128)	(146)	-
Devoluções e Abatimentos.....	(12.170)	(11.898)	(4.326)
Receita Líquida.....	1.958.530	2.109.725	639.558

NOTA 21 - DESPESAS POR FUNÇÃO E POR NATUREZA

Despesas por Função - CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	
Custo Produtos Vendidos.....	(1.717.282)	(1.848.647)	
Despesas c/Vendas.....	(71.822)	(73.410)	
Despesas Administrativas.....	(63.324)	(71.769)	
Total.....	(1.852.428)	(1.993.826)	

Descrição	
Custo Produtos Vendidos.....	(579.775)
Despesas c/Vendas.....	(20.384)
Despesas Administrativas.....	(22.676)
Total.....	(622.835)

Descrição	
Materia-Prima/Mat.de uso/consumo.....	(65.475)
Despesas c/Pessoal e Benefícios.....	(79.698)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RAUL MASELLI

Presidente do Conselho

RINALDI MASELLI

LUIS FERNANDO B. MARTINEZ

GILDO GARCIA

ANGÉLICA MARIA DE QUEIROS

DIRETORIA

KARL ERNST STEPPE

GILCO FERNANDES GONCALVES

AIRTON TEOBALDO HENZ

Contador CRC - RS 048.754/O

RICARDO GONZATTO SOARES

BARLAN ANTONIO DOS SANTOS JÚNIOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Panatlântica S.A.

Gravataí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Panatlântica S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Panatlântica S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos o assunto descrito a seguir como principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de vendas

Reconhecimento de receita de vendas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.15, a Companhia reconhece as receitas de vendas quando satisfaz a obrigação de desempenho assumida junto aos seus clientes, o que ocorre, em geral, no momento da entrega dos produtos.

Consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria em razão do risco de reconhecimento prematuro das receitas, o qual poderia impactar de forma relevante o desempenho das operações da Companhia. Adicionalmente, esse processo envolve julgamentos e estimativas relevantes por parte da Administração, especialmente quanto à efetiva entrega dos produtos no encerramento do exercício.

Resposta da auditoria ao assunto

Resposta da auditoria ao assunto

- Nossos procedimentos de auditoria incluirão dentre outros:
- Entendimento do ambiente de controle internos relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, bem como das premissas utilizadas pela Administração para o julgamento da entrega dos produtos ao final do exercício;
 - Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia em relação aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes;
 - Inspeção, por amostragem, dos documentos de vendas que comprovam a efetiva entrega dos produtos aos clientes; e;
 - Avaliação das estimativas de entrega elaboradas pela Administração, com base na análise dos prazos médios apurados a partir dos comprovantes de entrega efetivamente realizados ao longo do exercício, com o objetivo de verificar a razoabilidade do adequado corte das receitas no encerramento do exercício.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que o reconhecimento das receitas de vendas é razoável, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício financeiro 24 de dezembro de 2025.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitirão o relatório, em 27 de fevereiro de 2025, sem modificações sobre essas demonstrações contábeis. **Reapresentação das demonstrações contábeis comparativas** - O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reapresentação das demonstrações contábeis comparativas descritos na Nota nº 03, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor, que emitirão relatório de auditoria sem modificação, em 27 de fevereiro de 2025. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 03, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2024, os quais foram executados de forma adequada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2024 tomadas em conjunto. **Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações individual e consolidadas do valor adicionado (VAL) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram auditadas por outro auditor independente da Companhia.

panhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação.

Porto Alegre, 26 de março de 2026.

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
A SER REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2026**

A PANATLÂNTICA S.A., SOCIEDADE POR AÇÕES SEDIADA NA RUA RUDOLFO VONTOBEL, 600, NO DISTRITO INDUSTRIAL DE GRAVATAÍ/RS, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 92.693.019/0001-89, REGISTRADA NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”) COMO COMPANHIA ABERTA CATEGORIA “A” SOB O CÓDIGO 94, COM SUAS AÇÕES NEGOCIADAS JUNTO À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (“B3”) SOB OS CÓDIGOS (TICKER) “PATI3” E “PATI4” (“COMPANHIA”), NOS TERMOS DA LEI Nº 6.404/1976 E DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022, VEM APRESENTAR AOS SEUS ACIONISTAS A PRESENTE PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO A SER SUBMETIDA À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10H, DE FORMA PRESENCIAL (“ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA”), MANTENDO A POLÍTICA DA COMPANHIA REALIZADA AO LONGO DOS ANOS, COM VISTAS A DELIBERAR SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:

1) ANALISAR, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PARECER DA AUDITORIA EXTERNA E DEMAIS DOCUMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2025;

2) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2025, NO VALOR DE R\$ 49.866.409,56 (QUARENTA E NOVE MILHÕES, OITOCENTOS E SESENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), DETALHADA NO ANEXO 1, CONFORME ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022 E DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ESTATUTOS DA EMPRESA, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL AS SEGUINTE DESTINAÇÕES: I) RESERVA LEGAL (5%) – R\$ 2.493.320,48 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS); II) RESERVA ESTATUTÁRIA – R\$ 35.551.014,09 (TRINTA E CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM MIL, QUATORZE REAIS E NOVE CENTAVOS); III) DISTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA DE DIVIDENDOS – R\$ 11.843.272,27 (ONZE MILHÕES, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), REPRESENTANDO 25% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, DISTRIBUÍDOS ENTRE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE FORMA NÃO IGUALITÁRIA, À RAZÃO DE R\$ 1,8603928214 POR AÇÃO PREFERENCIAL E R\$ 0,4337452113 POR AÇÃO ORDINÁRIA, CONFORME ART. 6º ALÍNEA A DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, SENDO A DISTRIBUIÇÃO PARA AÇÕES PREFERENCIAIS REALIZADA COM BASE NO CRITÉRIO DE 6% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO. EM DECORRÊNCIA DA PROMULGAÇÃO DA LEI 15.270/2025, VALORES PAGOS A PESSOAS FÍSICAS ACIMA DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) PODERÃO FICAR SUJEITOS À RETENÇÃO, POR PARTE DA COMPANHIA, DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE;

3) APROVAR A ELEIÇÃO DE 5 (CINCO) CONSELHEIROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;

4) ELEGER, PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OBSERVANDO O PRAZO DE 02 ANOS DE MANDATO, OS SEGUINTE MEMBROS: 1) RAUL MASELLI, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO; 2) RINALDI MASELLI; 3) GILDO GARCIA; E 4) LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ; COMO CONSELHEIROS, E 5) ANGÉLICA MARIA DE QUEIROZ, NA CONDIÇÃO DE CONSELHEIRA INDEPENDENTE, OS QUAIS, EM CUMPRIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 80/2022, EM SEU ARTIGO 25, SEGUEM QUALIFICADOS NO ANEXO 2; E

5) FIXAR A REMUNERAÇÃO MENSAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL O VALOR DE ATÉ R\$ 712.500,00 (SETECENTOS E DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS) MENSAIS, PODENDO SER CORRIGIDA PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IGPM-FGV), CUJO DETALHAMENTO, EM CUMPRIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, SEGUE ESPECIFICADO NO ANEXO 3.

OBSERVANDO AS NOVAS REGRAS DA CVM, OS CONSELHEIROS INFORMAM QUE NÃO HÁ CONSELHO FISCAL INSTALADO NA COMPANHIA, ASSIM, NOS TERMOS DO ART. 5º, INCISO I-A, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22, BEM COMO DO ART. 4º, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 70/22, O PERCENTUAL MÍNIMO DE PARTICIPAÇÃO PARA PEDIDO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, PREVISTO NO ART. 161, §2º, DA LEI Nº 6.404/76, É DE 2% (DOIS POR CENTO) DAS AÇÕES ORDINÁRIAS.

A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL, COMO PADRÃO ADOTADO PELA COMPANHIA, COM ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS QUE PERMITEM O VOTO À DISTÂNCIA, POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.

É IGUALMENTE FORNECIDO NO ANEXO O COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, OBSERVANDO O PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 80/22, COMO ANEXO 4, E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS JÁ PUBLICADAS.

GRAVATAÍ/RS, 27 DE MARÇO DE 2026.

ADMINISTRAÇÃO

PANATLÂNTICA S.A.

Sumário

ANEXO 1 – CÁLCULO E DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	4
ANEXO 2 – QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO.....	15
ANEXO 4 - COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	23
ANEXO 5 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JÁ PUBLICADAS.....	34

MANUTENÇÃO

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 1 – CÁLCULO E DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

CONFORME ANEXO A – RESOLUÇÃO 81/2022

1. **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** R\$ 49.866.409,56
2. **MONTANTE GLOBAL E O VALOR POR AÇÃO DOS DIVIDENDOS, INCLUINDO DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:**

	31.12.2025
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 49.866.409,56
RESERVA LEGAL (5%)	R\$ 2.493.320,48
RESERVA ESTATUTÁRIA	R\$ 35.551.014,09
DIVIDENDOS (25%)	R\$ 11.843.272,27
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R\$ 1,8603928214
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R\$ 0,4337452113

****NÃO HOUVE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.***

3. **PERCENTUAL DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DISTRIBUÍDO:** 25%
4. **MONTANTE GLOBAL E VALOR POR AÇÃO DE DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:**
NÃO ESTÁ OCORRENDO A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
5. **INFORMAR, DEDUZIDOS OS DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:**

A. O VALOR BRUTO DE DIVIDENDO E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO, DE FORMA SEGREGADA, POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:

POR AÇÃO PREFERENCIAL	<i>R\$ 1,8603928214</i>
POR AÇÃO ORDINÁRIA	<i>R\$ 0,4337452113</i>

*** NÃO HOUVE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.**

B. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

SALVO DELIBERAÇÃO EM CONTRÁRIO DA ASSEMBLEIA-GERAL ESTABELECENDO OUTRA DATA DENTRO DO EXERCÍCIO DE 2026, O DIVIDENDO SERÁ PAGO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2026, CONFORME AUTORIZA O ART. 205 § 3º DA LEI 6.404/76. O PAGAMENTO SERÁ FEITO MEDIANTE DEPÓSITO NA CONTA CORRENTE INFORMADA PELOS ACIONISTAS AO BANCO ITAÚ S.A., INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA. OS ACIONISTAS QUE DESEJAREM ATUALIZAR SEU CADASTRO JUNTO AO BANCO ITAÚ S.A. PODERÃO FAZÊ-LO ATRAVÉS DAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS OU DOS TELEFONES INDICADOS NO SÍTIO WEB [HTTPS://WWW.ITAUBR.COM/INVESTMENTSERVICES](https://www.itaubr.com/investmentservices). NESTE CASO, OS DIVIDENDOS SERÃO PAGOS A PARTIR DO TERCEIRO DIA ÚTIL CONTADO DA DATA DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. NÃO SENDO POSSÍVEL A IDENTIFICAÇÃO DA CONTA DO ACIONISTA PARA DEPÓSITO, OS VALORES FICARÃO À DISPOSIÇÃO JUNTO À COMPANHIA DURANTE O PRAZO LEGAL, SEM INCIDÊNCIA DE JUROS/CORREÇÃO.

C. EVENTUAL INCIDÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO E JUROS SOBRE OS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

NÃO HAVERÁ INCIDÊNCIA DE JUROS OU CORREÇÃO MONETÁRIA

D. DATA DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO CONSIDERADA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ACIONISTAS QUE TERÃO DIREITO AO SEU RECEBIMENTO

A DATA-BASE PARA O PAGAMENTO SERÁ A POSIÇÃO ACIONÁRIA DE 28/04/2026.

~~6. CASO TENHA HAVIDO DECLARAÇÃO DE DIVIDENDOS OU JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO COM BASE EM LUCROS APURADOS EM BALANÇOS SEMESTRAIS OU EM PERÍODOS MENORES~~

~~* NÃO HOUVE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO~~

7. FORNECER TABELA COMPARATIVA INDICANDO OS SEGUINTE VALORES POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:

A. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO EXERCÍCIO E DOS 3 (TRÊS) EXERCÍCIOS ANTERIORES

	2025	2024	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 49.866.409,56	R\$ 84.659.053,65	R\$ 13.417.745,37	R\$ 55.692.835,37
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	R\$ 2,08	R\$ 3,54	R\$ 0,56	R\$ 2,33

B. DIVIDENDO E JURO SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DISTRIBUÍDO NOS 3 (TRÊS) EXERCÍCIOS ANTERIORES

	Dividendos Extraordinários 2025 – RCA 29.10.2025	Ex. 2024 – AGO 2025
DIVIDENDOS	R\$ 45.000.000,00	R\$ 20.106.525,24
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R\$ 0,7921453357	R\$ 1,9282926301
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R\$ 1,9290026791	R\$ 0,7914352867

	Dividendos Extraordinários 2024 – RCA 16.10.2024	Dividendos Extraordinários 2024 – AGE 05.09.2024
DIVIDENDOS	R\$ 32.893.000,00	R\$ 120.000.000,00
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R\$ 1,3765365641	R\$ 5,0141296083
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R\$ 1,3270079512	R\$ 5,0141296083

*NÃO HOUE PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

	Ex. 2023 – AGO 2024	Ex. 2022 – AGO 2023
DIVIDENDOS (25%)	R\$ 3.186.714,53	R\$ 13.227.048,40
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R\$ 2,1073488629	R\$ 2,107574115
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R\$ 0,0447930991	R\$ 0,483089976

*NÃO HOUE PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

8. HAVENDO DESTINAÇÃO DE LUCROS À RESERVA LEGAL

A. IDENTIFICAR O MONTANTE DESTINADO À RESERVA LEGAL: R\$ 2.493.320,48

B. DETALHAR A FORMA DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL: 5% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

9. CASO A COMPANHIA POSSUA AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS

A. DESCREVER A FORMA DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS: OS DIVIDENDOS MÍNIMOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES PN SÃO CALCULADOS COM BASE NO MAIOR ENTRE OS SEGUINTE VALORES:

- 6% (SEIS POR CENTO) DO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO, CORRESPONDENTE NESTE EXERCÍCIO A R\$ 1.907.434,71 (RESULTADO DE 6% X R\$ 742.060.124,77 / 23.932.369, OU SEJA, 6% DE PL/Nº TOTAL DE AÇÕES), OU
- 8% (OITO POR CENTO) DO VALOR DE CAPITAL SOCIAL DA AÇÃO, CORRESPONDENTE NESTE EXERCÍCIO A R\$ 1.542.275,07 (RESULTADO DE 8% X R\$ 450.000.000,00 / 23.932.369, OU SEJA, 8% DE CAPITAL SOCIAL/Nº TOTAL DE AÇÕES)

B. INFORMAR SE O LUCRO DO EXERCÍCIO É SUFICIENTE PARA O PAGAMENTO INTEGRAL DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS: SIM, POIS O MONTANTE DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO, NO VALOR DE R\$ 11.843.272,27, SUPERA O VALOR TOTAL DOS DIVIDENDOS MÍNIMOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES PREFERENCIAIS, QUE CORRESPONDE AO MONTANTE DE R\$ 1.907.434,71 (RESULTADO DE R\$ 1,8603928214 X 1.025.286, OU SEJA, DIVIDENDO MÍNIMO DAS AÇÕES PN X Nº DE AÇÕES PN).

C. IDENTIFICAR SE EVENTUAL PARCELA NÃO PAGA É CUMULATIVA: O DIVIDENDO ESTÁ SENDO PAGO INTEGRALMENTE

D. IDENTIFICAR O VALOR GLOBAL DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS A SEREM PAGOS A CADA CLASSE DE AÇÕES PREFERENCIAIS: O VALOR GLOBAL A SER PAGO ÀS AÇÕES PREFERENCIAIS CORRESPONDE AO DIVIDENDO MÍNIMO DE R\$ 1.907.434,71 (RESULTADO DE R\$ 1,8603928214 X 1.025.286, OU SEJA, DIVIDENDO MÍNIMO DAS AÇÕES PN X Nº DE AÇÕES PN), SENDO QUE AS AÇÕES PN DA CIA. NÃO ESTÃO DIVIDIDAS EM CLASSES DISTINTAS.

E. IDENTIFICAR OS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS A SEREM PAGOS POR AÇÃO PREFERENCIAL DE CADA CLASSE: AS AÇÕES PREFERENCIAIS DA COMPANHIA SÃO DE SOMENTE UMA CLASSE, E O DIVIDENDO MÍNIMO QUE SERÁ PAGO A ESSAS AÇÕES PREFERENCIAIS É DE R\$ 1,8603928214 POR AÇÃO, CORRESPONDENTE A 6% (SEIS POR CENTO) DO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO.

10. EM RELAÇÃO AO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

A. DESCREVER A FORMA DE CÁLCULO PREVISTA NO ESTATUTO: O ESTATUTO PREVÊ QUE O DIVIDENDO OBRIGATÓRIO CORRESPONDERÁ A 25% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ART. 22, TRANSCRITO NO ITEM 14 A, ABAIXO)

B. INFORMAR SE ELE ESTÁ SENDO PAGO INTEGRALMENTE: SIM

C. INFORMAR O MONTANTE EVENTUALMENTE RETIDO: NÃO HÁ RETENÇÃO DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS.

~~11. HAVENDO RETENÇÃO DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO DEVIDO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA~~

~~* NÃO HOUVE RETENÇÃO DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS.~~

~~12. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS~~

~~* NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS.~~

~~13. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR~~

~~* NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR.~~

14. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A. DESCREVER AS CLÁUSULAS ESTATUTÁRIAS QUE ESTABELECEM A RESERVA:

Art. 22 - dos lucros líquidos verificados, depois de feitas as provisões previstas nos artigos 189 e 190 da lei 6.404/76, será destinado da seguinte forma:

A) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

B) 25% (vinte e cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório;

C) A assembleia geral, nos casos em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o parágrafo anterior, poderá atribuir aos membros do conselho de administração e da diretoria uma participação nos lucros da companhia, observados os limites legais, ficando a cargo do conselho de administração o rateio da referida participação entre os membros dos órgãos da administração.

D) quanto ao saldo remanescente, o conselho de administração poderá propor, e a assembleia deliberar, distribuí-lo aos acionistas ou destiná-lo para a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, próprias ou de outras sociedades, ou na incorporação ao capital social.

b. IDENTIFICAR O MONTANTE DESTINADO À RESERVA: R\$ 35.551.014,09

C. DESCREVER COMO O MONTANTE FOI CALCULADO:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 49.866.409,56
RESERVA LEGAL (5%)	R\$ (2.493.320,48)
DIVIDENDOS (25%)	R\$ (11.843.272,27)
AJUSTE IFRS CUSTO ATRIBUÍDO	R\$ 21.197,28

~~15. HAVENDO RETENÇÃO DE LUCROS PREVISTA EM ORÇAMENTO DE CAPITAL~~

~~* NÃO HOUVE RETENÇÃO DE LUCROS~~

~~16. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS~~

~~* NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS~~

MANUTIDA

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ****

ANEXO 2 – QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 11
RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
DADOS	PRESIDENTE DO CONSELHO	CONSELHEIRO	CONSELHEIRO
NOME	RAUL MASELLI	RINALDI MASELLI	GILDO GARCIA
DATA DE NASCIMENTO	14/12/1935	03/05/1964	07/11/1957
PROFISSÃO	INDUSTRIAL	ADMINISTRADOR	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CPF OU NÚMERO DO PASSAPORTE	005.386.208-20	092.586.078-64	293.630.209-91
CARGO ELETIVO OCUPADO	PRESIDENTE DO CONSELHO	CONSELHEIRO	CONSELHEIRO
DATA DE ELEIÇÃO	02/05/2024	02/05/2024	02/05/2024
DATA DA POSSE	02/05/2024	02/05/2024	02/05/2024
PRAZO DO MANDATO	2 ANOS	2 ANOS	2 ANOS
SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO	ELEITO PELO CONTROLADOR	ELEITO PELO CONTROLADOR	ELEITO PELO CONTROLADOR
SE É MEMBRO INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE
DATA DE INÍCIO DO PRIMEIRO DE TAIS MANDATOS	1974 TEM 51 MANDADOS CONSECUTIVOS	02/05/2024 TEM 1 MANDATO	02/05/2024 TEM 1 MANDATO

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	EX-PRESIDENTE DO INDA – INSTITUTO NACIONAL DOS DISTRIBUIDORES DE AÇO. DEDICA-SE A GERIR OS NEGÓCIOS DA PANATLÂNTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS DESDE 1974.	GRADUAÇÃO EM GESTÃO FINANCEIRA PELA FACULDADE SUMARÉ 21 ANOS NO MERCADO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS 12 ANOS COMO DIRETOR DA AÇOLOG TRANSPORTE E LOGÍSTICA	INGRESSOU NA AÇOLOG EM 2008 E É DIRETOR DESSA SOCIEDADE DESDE 2009.
ANTECEDENTES:	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.
RELAÇÃO DE PARENTESCO	PAI DE RINALDI MASELLI	FILHO DE RAUL MASELLI	NÃO POSSUI
RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO	É ACIONISTA CONTROLADOR INDIRETO DA COMPANHIA	É ACIONISTA CONTROLADOR INDIRETO DA COMPANHIA E DIRETOR DE UMA DAS SOCIEDADES CONTROLADAS DA COMPANHIA	É DIRETOR DE UMA DAS SOCIEDADES CONTROLADAS DA COMPANHIA

PARTICIPAÇÃO DAS REUNIÕES	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025
---------------------------	---	---	---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (continuação)		
DADOS	CONSELHEIRO	CONSELHEIRA
NOME	LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	ANGELICA MARIA DE QUEIROZ
DATA DE NASCIMENTO	03/11/1963	05/04/1957
PROFISSÃO	ENGENHEIRO METALÚRGICO	ECONOMISTA
CPF OU NÚMERO DO PASSAPORTE	055.978.608-52	592.216.667-00
CARGO ELETIVO OCUPADO	CONSELHEIRO	CONSELHEIRA INDEPENDENTE
DATA DE ELEIÇÃO	02/05/2024	02/05/2024
DATA DA POSSE	02/05/2024	02/05/2024
PRAZO DO MANDATO	2 ANOS	2 ANOS
SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO	INDICADO POR ACIONISTA MINORITÁRIA E ELEITO PELO CONTROLADOR CONFORME ACORDO DE ACIONISTAS	NÃO SE APLICA À COMPANHIA
SE É MEMBRO INDEPENDENTE	NÃO É INDEPENDENTE	É INDEPENDENTE
DATA DE INÍCIO DO PRIMEIRO DE TAIS MANDATOS	02/05/2024 TEM 1 MANDATO	02/05/2024 TEM 1 MANDATO
PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	OCUPA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DA CSN DESDE 02 DE AGOSTO DE 2011. TRABALHA NA CSN DESDE 2002, TENDO EXERCIDO ANTERIORMENTE A FUNÇÃO DE DIRETOR COMERCIAL. TAMBÉM ATUA COMO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA	OCUPA O CARGO DE PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA CSN, PARA O QUAL FOI ELEITA EM MAIO DE 2022. INTEGRA O CONSELHO FISCAL DESDE JUNHO DE 2018, OCUPANDO INICIALMENTE O CARGO DE MEMBRO SUPLENTE E TORNANDO-SE

	MRS LOGÍSTICA S.A. E MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. (CONTROLADA EM CONJUNTO PELA CSN), DIRETOR DA CSN ENERGIA S.A., DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA METALÚRGICA PRADA, DIRETOR COMERCIAL DA CSN CIMENTOS S.A., ATUA NA ADMINISTRAÇÃO DA STAHLWERK THURINGEN GMBH, CSN MINING ASIA LIMITED, CSN ISLANDS VII CORP, CSN ISLANDS XII CORP, CSN STEEL S.L.U., CSN MINING HOLDING S.L.U., CSN STEEL HOLDINGS I, S.L.U., CSN PRODUCTOS SIDERÚRGICOS, S.L.U., LUSOSIDER - AÇOS PLANOS S.A., LUSOSIDER PROJECTOS SIDERÚRGICOS S.A., LUSOSIDER IBÉRICA S.A. (TODAS SOCIEDADES CONTROLADAS PELA CSN), BEM COMO É MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CAIXA BENEFICENTE DE EMPREGADOS DA CSN	MEMBRO EFETIVO APÓS SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO TITULAR REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2022. TAMBÉM ATUA COMO MEMBRO INDEPENDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-G E MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA CSN MINERAÇÃO S.A. É ASSOCIADA E DIRETORA DO CENTRO DE DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS - CDPP. É MEMBRO DO CORPO CONSULTIVO DO IBGT (INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E TURNAROUND) DESDE 2005, SÓCIA FUNDADORA DA CLEAR HORIZON (2002), CONSULTORA EM ESTRATÉGIA DE EMPRESAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.
--	--	--

ANTECEDENTES:	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.	NÃO POSSUI CONDENAÇÕES CRIMINAIS, CONDENAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CVM, BACEN, SUSEP, NEM CONDENAÇÕES JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS QUE O TENHAM SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE QUALQUER ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL.
RELAÇÃO DE PARENTESCO	NÃO POSSUI	NÃO POSSUI
RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO	É DIRETOR DA CSN, UMA DAS ACIONISTAS MINORITÁRIAS DA COMPANHIA	NÃO POSSUI
PARTICIPAÇÃO DAS REUNIÕES	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025	PARTICIPOU DAS 06 REUNIÕES REALIZADAS EM 2025
REQUISITOS DO ARTIGO 7º, ANEXO K	NÃO SE APLICA À COMPANHIA	AUTODECLAROU CUMPRIR COM TODOS OS REQUISITOS CONSTANTES NO ANEXO K DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80 DE 2022. A ADMINISTRAÇÃO VERIFICOU QUE A CANDIDATA ATENDE AO ENQUADRAMENTO EXIGIDO NA LEGISLAÇÃO

****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 13 E
RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO:

- A. OBJETIVOS DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INFORMANDO SE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO FOI FORMALMENTE APROVADA, ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR SUA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO**

A POLÍTICA DA COMPANHIA OBJETIVA PRIMORDIALMENTE OFERECER AOS SEUS ADMINISTRADORES REMUNERAÇÃO EQUIVALENTE À PRATICADA NO MERCADO REGIONAL, TENDO AINDA EM CONTA SUAS RESPONSABILIDADES, O TEMPO DEDICADO ÀS SUAS FUNÇÕES E SUA COMPETÊNCIA E REPUTAÇÃO PROFISSIONAL. A REMUNERAÇÃO É APROVADA ANUALMENTE EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

- B. PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DEFINIR A REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA, INDICANDO:**

- I. OS ÓRGÃOS E COMITÊS DO EMISSOR QUE PARTICIPAM DO PROCESSO DECISÓRIO, IDENTIFICANDO DE QUE FORMA PARTICIPAM**

A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA É DELIBERADA PELA ASSEMBLEIA GERAL CONFORME ART. 13, LETRA “F” DO ESTATUTO SOCIAL:

“F) FIXAR E DISTRIBUIR, DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS ANUALMENTE PELA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, QUANDO VOTADA EM VERBA GLOBAL, BEM COMO ESTABELECEER PLANOS DE BENEFÍCIOS DESTINADOS AOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE CONTRATOS DE ADMINISTRAÇÃO.”

- II. CRITÉRIOS E METODOLOGIA UTILIZADA PARA A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL, INDICANDO SE HÁ A UTILIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A VERIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MERCADO, E, EM CASO POSITIVO, OS CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO E A ABRANGÊNCIA DESSES ESTUDOS NÃO SE APLICA À COMPANHIA**

III. COM QUE FREQUÊNCIA E DE QUE FORMA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AVALIA A ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO EMISSOR ANUALMENTE, ANTES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

C. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO, INDICANDO:

I. DESCRIÇÃO DOS DIVERSOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A REMUNERAÇÃO, INCLUINDO, EM RELAÇÃO A CADA UM DELES:

OS DIRETORES ESTATUTÁRIOS DA COMPANHIA RECEBEM: PRÓ-LABORE FIXO, AUTOMÓVEL E TELEFONE CELULAR COM TODAS AS DESPESAS PAGAS. NÃO OCORRE O PAGAMENTO DE PRÓ-LABORE VARIÁVEL E NEM A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS.

OS INTEGRANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PERCEBEM REMUNERAÇÃO FIXA, BEM COMO REEMBOLSO DAS DESPESAS DE LOCOMOÇÃO E ESTADIA NECESSÁRIA AO DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

- **SEUS OBJETIVOS E ALINHAMENTO AOS INTERESSES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO DO EMISSOR**
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

- **SUA PROPORÇÃO NA REMUNERAÇÃO TOTAL NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**

EM 2025, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 30,42% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 69,58% DA REMUNERAÇÃO TOTAL.

EM 2024, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 30,42% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 69,58% DA REMUNERAÇÃO TOTAL.

EM 2023, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 46,85% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 53,15% DA REMUNERAÇÃO TOTAL.

- **SUA METODOLOGIA DE CÁLCULO E DE REAJUSTE**
A REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PODE SER REAJUSTADA CONFORME O IGP-M (FGV), A CRITÉRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

- **PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO NELE LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, INDICADORES LIGADOS A QUESTÕES ASG**
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

II. RAZÕES QUE JUSTIFICAM A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

O VALOR DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO É COMPATÍVEL COM O MERCADO E COM AS RESPONSABILIDADES DECORRENTES DOS CARGOS OCUPADOS.

III. A EXISTÊNCIA DE MEMBROS NÃO REMUNERADOS PELO EMISSOR E A RAZÃO PARA ESSE FATO

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

D. EXISTÊNCIA DE REMUNERAÇÃO SUPORTADA POR SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

E. EXISTÊNCIA DE QUALQUER REMUNERAÇÃO OU BENEFÍCIO VINCULADO À OCORRÊNCIA DE DETERMINADO EVENTO SOCIETÁRIO, TAL COMO A

ALIENAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO DO EMISSOR

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO

- A. ÓRGÃO
B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS
C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS
D. REMUNERAÇÃO SEGREGADA EM:
i. REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL, SEGREGADA EM:
• SALÁRIO OU PRÓ-LABORE
• BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS

EXERCÍCIO SOCIAL					TOTAL REM.:	
01/01/2026 ATÉ 31/12/2026 (PREVISTA)					R\$ 8.550.000,00	
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>						
Nº MEMBROS	DE	5	TOTAL REM.	R\$ 5.760.000,00		
SALÁRIO/PRÓ-LABORE		R\$ 5.760.000,00				
BENEF. DTO / INDIRETOS						
<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>						
Nº MEMBROS	DE	4	TOTAL REM.	R\$ 2.790.000,00		
SALÁRIO/PRÓ-LABORE		R\$ 2.790.000,00				
BENEF. DTO / INDIRETOS						
EXERCÍCIO SOCIAL						TOTAL REM.:
01/01/2025 ATÉ 31/12/2025						R\$ 7.200.000,00
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>						
Nº MEMBROS	DE	5	TOTAL REM.	R\$ 5.010.117,00		
SALÁRIO/PRÓ-LABORE		R\$ 5.010.117,00				
BENEF. DTO / INDIRETOS						
<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>						
Nº MEMBROS	DE	2	TOTAL REM.	R\$ 2.189.883,00		

SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 2.189.883,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			
01/01/2024 ATÉ 31/12/2024			R\$ 6.495.656,46
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>			
Nº MEMBROS DE	5	TOTAL REM.	R\$ 4.520.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 4.520.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			
<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>			
Nº DE MEMBROS	2*	TOTAL REM.	R\$ 1.975.656,46
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 1.975.656,46		
BENEF. DTO / INDIRETOS			
* EM 2024 A CIA. COMEÇOU O ANO COM 3 DIRETORES E APÓS 21/06/2024 PASSOU A TER APENAS 2 DIRETORES			

EXERCÍCIO SOCIAL			TOTAL REM.:
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023			R\$ 4.400.000,00
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>			
Nº MEMBROS DE	3	TOTAL REM.	2.360.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 2.360.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			
<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>			
Nº MEMBROS DE	3	TOTAL REM.	2.080.000,00
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 2.080.000,00		
BENEF. DTO / INDIRETOS			

- I) — ~~REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL, SEGREGADA EM:~~
- ~~REMUNERAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM COMITES;~~
 - ~~OUTROS~~
- II) — ~~REMUNERAÇÃO VARIÁVEL SEGREGADA EM:~~
- ~~BÔNUS;~~

- ~~PARTICIPAÇÃO EM RESULTADO;~~
- ~~REMUNERAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES;~~
- ~~COMISSÕES;~~
- ~~OUTROS~~

~~III) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO~~

~~IV) BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO~~

~~V) REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES~~

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DESCREVER:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES SOB A FORMA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.6. EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.9. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS, RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.10. EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.11. EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.12. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO:
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.13. INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL

ÓRGÃO (1)	ON	% ON	% CS TOTAL	PN	%PN	% CS TOTAL
CONSELHO DE ADM.	15.482	0,108%	0,104%	685	0,067%	0,0029%
DIRETORIA	0	0,0%	0,00%	0	0,0816%	0,00%

(1) POSIÇÃO EM 03/2026.

8.14. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

A) ÓRGÃO	CONSELHO DE ADM.
B) NÚMERO DE MEMBROS	1
C) NOME DO PLANO	BRADESCO MULTIPENSIONS
D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR	UM JÁ APOSENTADO
E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE	NÃO HÁ
F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ACUMULADAS ATÉ ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	NÃO DISPONIBILIZADO
G) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL	SEM CONTRIBUIÇÕES
H) SE HÁ A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES	NÃO

A) ÓRGÃO	DIRETORIA
B) NÚMERO DE MEMBROS	3
C) NOME DO PLANO	BRADESCO MULTIPENSIONS
D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR	UM
E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE	NÃO HÁ
F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ACUMULADAS ATÉ ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	NÃO DISPONIBILIZADO
G) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL	SEM CONTRIBUIÇÕES
H) SE HÁ A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES	NÃO

8.15. REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO SOCIAL				ORGÃO ADM.
01/01/2025 ATÉ 31/12/2025				CONSELHO ADMIN
Nº DE MEMBROS	5	VLR MAIOR REM.	2.368.000,00	

Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	VLR REM. MENOR	240.000,00	
-	-	VLR REM. MÉDIO	1.304.000,00	
01/01/2025 ATÉ 31/12/2025				DIR. ESTATUTÁRIA
Nº DE MEMBROS	2	VLR MAIOR REM.	960.000,00	
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS		VLR REM. MENOR	768.000,00	
-	-	VLR MÉDIO REM.	864.000,00	

EXERCÍCIO SOCIAL				ORGÃO ADM.
01/01/2024 ATÉ 31/12/2024				CONSELHO ADMIN
Nº DE MEMBROS	5	VLR MAIOR REM.	2.176.000,00	
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	VLR MENOR REM.	240.000,00	
-	-	VLR MÉDIO REM.	1.228.000,00	
01/01/2024 ATÉ 31/12/2024				DIR. ESTATUTÁRIA
Nº DE MEMBROS	2*	VLR MAIOR REM.	960.000,00	
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS		VLR MENOR REM.	768.000,00	
-	-	VLR MÉDIO REM.	864.000,00	
* EM 2024 A CIA. COMEÇOU O ANO COM 3 DIRETORES E APÓS 21/06/2024 PASSOU A TER APENAS 2 DIRETORES, APÓS A RENÚNCIA.				

EXERCÍCIO SOCIAL				ORGÃO ADM.
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023				CONSELHO ADMIN
Nº DE MEMBROS	3	VLR MAIOR REM.	944.000,00	
VLR REM. MENOR	708.000,00	VLR MÉDIO REM.	851.000,00	
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023				DIR. ESTATUTÁRIA
Nº DE MEMBROS	3	VLR MAIOR REM.	800.000,00	
VLR MENOR REM.	560.000,00	VLR MÉDIO REM.	680.000,00	

8.16 DESCRIVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS

INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR
NÃO HÁ INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA.

8.17. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO

A) ÓRGÃO	2026
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2025
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2024
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2023
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	100%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

8.18. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.19. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

8.20. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

**ANEXO 4 - COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA**

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 10, INCISO III E
RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

A. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A DIRETORIA DA COMPANHIA ENTENDE QUE AS SUAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS SÃO ADEQUADAS, PERMITINDO O CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS, ALÉM DE COLOCÁ-LA EM CONDIÇÕES DE FAZER FRENTE A NOVAS OPORTUNIDADES, NÃO EXISTINDO FATOS PARA ACREDITARMOS QUE TAL SITUAÇÃO SEJA ALTERADA DE FORMA SIGNIFICATIVA EM UM CURTO ESPAÇO DE TEMPO.

B. ESTRUTURA DE CAPITAL

O CAPITAL SOCIAL ESTÁ TOTALMENTE INTEGRALIZADO E COMPOSTO POR 22.907.083 AÇÕES ORDINÁRIAS E 1.025.286 AÇÕES PREFERENCIAIS, NOMINATIVAS, SEM VALOR NOMINAL E PERTENCENTES A RESIDENTES NO PAÍS.

C. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA É CONFORTÁVEL, APRESENTANDO COMO CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS, UM ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE 2,09%, FRUTO DE UM LASTRO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA.

D. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES UTILIZADAS

O CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO É OBTIDO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS; E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

E. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ

A COMPANHIA NÃO PRETENDE USAR FINANCIAMENTO PARA ESTAS HIPÓTESES, MAS RESSALTA QUE O CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO É OBTIDO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS; E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

F. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS, DESCREVENDO AINDA:

I. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO RELEVANTES

AS OPERAÇÕES DE CURTO PRAZO SÃO ATUALIZADAS COM TAXAS QUE VARIAM ENTRE 0,20% A 0,38% AO MÊS. DOS SALDOS DA CONTROLADORA E DAS CONTROLADAS, A TOTALIDADE REFERE-SE À CAPTAÇÃO COM MOEDA NACIONAL. ABAIXO SEGUE O DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES DA CONTROLADA E DA CONTROLADORA:

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Apresentamos a seguir as operações contratadas junto às Instituições Financeiras.			
		CONSOLIDADO	
Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2025	-	63.950
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2026	135.166	115.480
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2027	73.204	81.273
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	De 2028 a 2030	110.134	222.285
	SOMA	318.504	482.988
	Circulante	135.166	179.430
	Não Circulante	183.338	303.558
		CONTROLADORA	
Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2025	-	44.320
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2026	116.724	90.941
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2027	65.492	71.269
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	De 2028 a 2030	102.208	198.341
	SOMA	284.424	404.871
	Circulante	116.724	135.261
	Não Circulante	167.700	269.610
Descrição	Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONSOLIDADO		
	31/12/2025	31/12/2024	
Saldo Inicial	482.988	406.192	
Captação	67.883	255.533	
Amortização Principal	(291.980)	(229.063)	
Provisão de Juros	59.613	50.326	
Saldo Final	318.504	482.988	
Descrição	Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONTROLADORA		
	31/12/2025	31/12/2024	
Saldo Inicial	404.871	283.840	
Captação	63.428	234.684	
Amortização Principal	(238.634)	(158.854)	
Provisão de Juros	54.759	45.222	
Saldo Final	284.424	404.871	

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis. A companhia assumiu obrigações contratuais de financiamentos que preveem a manutenção de determinados índices, sob pena de vencimento antecipado, conforme apresentado abaixo:

- i) Dívida financeira líquida / Ebitda inferior a 2,0;
- ii) Índice de liquidez corrente maior do que 1,5;
- iii) Disponibilidades superiores à dívida de curto prazo;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as obrigações.

II. OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

AS OPERAÇÕES DE LONGO PRAZO SÃO DESTINADAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO, CUJAS GARANTIAS REAIS SÃO AS PRÓPRIAS AQUISIÇÕES, MAIS DUPLICATAS MERCANTIS.

III. GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS

NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025, AS DÍVIDAS DA COMPANHIA TINHAM DIREITOS IGUAIS DE PAGAMENTOS, NÃO HAVENDO SUBORDINAÇÃO ENTRE ELAS. EXCEÇÃO FEITA A DÍVIDAS QUE SÃO GARANTIDAS COM GARANTIA DE RECEBÍVEIS, QUE CONTAM COM AS PREFERÊNCIAS E PRERROGATIVAS PREVISTAS EM LEI.

IV. EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR, EM ESPECIAL, EM RELAÇÃO A LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, À ALIENAÇÃO DE ATIVOS, À EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS E À ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO, BEM COMO SE O EMISSOR VEM CUMPRINDO ESSAS RESTRIÇÕES

AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR RELACIONADAS A ENDIVIDAMENTO, CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, ALIENAÇÃO DE ATIVOS, EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS E ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO VÊM SENDO DEVIDAMENTE CUMPRIDAS POR PARTE DO EMISSOR.

G. LIMITES DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS E PERCENTUAIS JÁ UTILIZADOS

A COMPANHIA NÃO POSSUI LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS.

H. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FORAM PREPARADAS CONFORME AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL, INCLUINDO OS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS(IFRS), EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB), E EVIDENCIAM TODAS AS INFORMAÇÕES RELEVANTES PRÓPRIAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, E SOMENTE ELAS, AS QUAIS ESTÃO CONSISTENTES COM AS UTILIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO NA SUA GESTÃO.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Apresentamos a seguir as operações contratadas junto às Instituições Financeiras.

CONSOLIDADO			
Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2025	-	63.950
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2026	135.166	115.480
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2027	73.204	81.273
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	De 2028 a 2030	110.134	222.285
	SOMA	318.504	482.988
	Circulante	135.166	179.430
	Não Circulante	183.338	303.558
CONTROLADORA			
Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2025	-	44.320
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2026	116.724	90.941
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	Até 2027	65.492	71.289
CDI + 1,75% a 3,60% a.a.	De 2028 a 2030	102.208	198.341
	SOMA	284.424	404.871
	Circulante	116.724	135.281
	Não Circulante	167.700	269.590
Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	
Saldo Inicial	482.988	406.192	
Captação	67.883	255.533	
Amortização Principal	(291.980)	(228.063)	
Provisão de Juros	59.613	50.326	
Saldo Final	318.504	482.988	
Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONTROLADORA			
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	
Saldo Inicial	404.871	283.840	
Captação	63.428	234.684	
Amortização Principal	(238.634)	(158.854)	
Provisão de Juros	54.759	45.222	
Saldo Final	284.424	404.871	

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis. A companhia assumiu obrigações contratuais de financiamentos que preveem a manutenção de determinados índices, sob pena de vencimento antecipado, conforme apresentado abaixo:

i) Dívida financeira líquida / Ebitda inferior a 2,0;
ii) Índice de liquidez corrente maior do que 1,5;
iii) Disponibilidades superiores à dívida de curto prazo;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as obrigações.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2025 ALCANÇOU O VALOR DE R\$ 2.531,40 MILHÕES, REGISTRANDO UM DECRÉSCIMO DE 8,67%, EM RELAÇÃO A 2024.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2024 ALCANÇOU O VALOR DE R\$ 2.771,80 MILHÕES, REGISTRANDO UM AUMENTO DE 12,34%, EM RELAÇÃO A 2023.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2023 ALCANÇOU O VALOR DE R\$ 2.467,05 MILHÕES, REGISTRANDO UM REDUÇÃO DE 19,54% EM RELAÇÃO A 2022.

DEDUÇÕES DA RECEITA

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS.

OS TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUÇÕES DE MERCADORIAS, DEDUZIDOS DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PERMANECERAM ESTÁVEIS EM RELAÇÃO A RECEITA BRUTA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS. OS IMPOSTOS INCIDENTES NAS VENDAS SÃO O IPI, ICMS, PIS E A COFINS SOBRE OS PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2025, NO VALOR DE R\$ 1.717,28 MILHÕES, REPRESENTOU 67,84% DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA.

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2024, NO VALOR DE R\$ 1.848,64 MILHÕES,

REPRESENTOU 67% DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA.

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2023, NO VALOR DE R\$ 1.699,55 MILHÕES, REPRESENTOU 90,44% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.

DESPESAS OPERACIONAIS

AS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS, COMPREENDENDO: AS DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS – REPRESENTARAM 6,54% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA EM 2025, COM UM ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO A 2024, QUANDO REPRESENTARAM 6,28 %.

2.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMISSOR, EM ESPECIAL:

I. DESCRIÇÃO DE QUAISQUER COMPONENTES IMPORTANTES DA RECEITA

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA EM 2025, TEVE UM DECRÉSCIMO DE 8,67%, EM RELAÇÃO À RECEITA OPERACIONAL DE 2024, DECORRENTE DA DIMINUIÇÃO DO VOLUME DE VENDAS.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA EM 2024, TEVE UM ACRÉSCIMO DE 12,35%, EM RELAÇÃO À RECEITA OPERACIONAL DE 2023, DECORRENTE DO AUMENTO DO VOLUME DE VENDAS.

II. FATORES QUE AFETARAM MATERIALMENTE OS RESULTADOS OPERACIONAIS

O RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2025 CORRESPONDENTE A R\$ 49.866.409,00 CONTRA UM RESULTADO DE R\$ 84.659.054 DO ANO DE 2024, FOI IMPACTADO PELA QUEDA DA PRÓPRIA ATIVIDADE ECONÔMICA DO SETOR EM QUE SE ENCONTRA A COMPANHIA, ESPECIALMENTE NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2025.

B. VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CâMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

AS RECEITAS DAS VENDAS LÍQUIDAS DE PRODUTOS REDUZIRAM EM 2025, NO PERCENTUAL DE 8,58% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2024.

AS RECEITAS DAS VENDAS LÍQUIDAS DE PRODUTOS AUMENTARAM EM 2024, NO PERCENTUAL DE 8% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2023.

C. IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DO EMISSOR, QUANDO RELEVANTE.

A INFLAÇÃO NÃO IMPACTOU O VALOR DOS INSUMOS, NÃO HAVENDO GRANDE VARIAÇÃO NOS PREÇOS.

2.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B. EFEITOS SIGNIFICATIVOS DAS ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

C. RESSALVAS E ÊNFASES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

2.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

B. CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

C. EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA

2.5. CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA), O EMISSOR DEVE:

A) INFORMAR O VALOR DAS MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B) FAZER AS CONCILIAÇÕES ENTRE OS VALORES DIVULGADOS E OS VALORES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

- C) **EXPLICAR O MOTIVO PELO QUAL ENTENDE QUE TAL MEDIÇÃO É MAIS APROPRIADA PARA A CORRETA COMPREENSÃO DA SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES NÃO SE APLICA À COMPANHIA.**

2.6. IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

NÃO HOUE EVENTO DESSA MAGNITUDE.

2.7. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO:

A. REGRAS SOBRE RETENÇÃO DE LUCROS

A RETENÇÃO DE LUCROS PROPOSTA OBSERVA O PREVISTO NO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA:

Art. 22 - dos lucros líquidos verificados, depois de feitas as provisões previstas nos artigos 189 e 190 da lei 6.404/76, será destinado da seguinte forma:

A) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

B) 25% (vinte e cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório;

C) A assembleia geral, nos casos em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o parágrafo anterior, poderá atribuir aos membros do conselho de administração e da diretoria uma participação nos lucros da companhia, observados os limites legais, ficando a cargo do conselho de administração o rateio da referida participação entre os membros dos órgãos da administração.

D) quanto ao saldo remanescente, o conselho de administração poderá propor, e a assembleia deliberar, distribuí-lo aos acionistas ou destiná-lo para a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, próprias ou de outras sociedades, ou na incorporação ao capital social.

B. REGRAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

OS DIVIDENDOS SÃO DISTRIBUÍDOS CONFORME A REGRA PREVISTA EM SEU ESTATUTO SOCIAL, EM SEU ARTIGO 22. O LUCRO VERIFICADO NO ANO DE 2025 SERÁ DESTINADO À CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL NO PERCENTUAL DE 5% E À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS NO PERCENTUAL DE 25%. O VALOR REMANESCENTE SERÁ DESTINADO À RESERVA ESTATUTÁRIA.

C. PERIODICIDADE DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS

HABITUALMENTE, OS DIVIDENDOS SÃO DISTRIBUÍDOS ANUALMENTE E SÃO PAGOS UMA VEZ AO ANO.

EM 2025 FOI REALIZADA UMA DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIVIDENDOS COM BASE EM RESERVAS DE LUCROS DE EXERCÍCIO ANTERIORES.

EM 2024 FORAM REALIZADAS DUAS DISTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE DIVIDENDOS COM BASE EM RESERVAS DE LUCROS DE EXERCÍCIO ANTERIORES.

NOS ANOS ANTERIORES FOI REALIZADA APENAS UMA DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA DE DIVIDENDOS, COM PAGAMENTO UMA VEZ AO ANO.

D. EVENTUAIS RESTRIÇÕES À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS IMPOSTAS POR LEGISLAÇÃO OU REGULAMENTAÇÃO ESPECIAL APLICÁVEL AO EMISSOR, ASSIM COMO CONTRATOS, DECISÕES JUDICIAIS, ADMINISTRATIVAS OU ARBITRAIS

NÃO APLICÁVEL

E. SE O EMISSOR POSSUI UMA POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS FORMALMENTE APROVADA, INFORMAR ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

NÃO APLICÁVEL

2.8. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELO EMISSOR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITEMS), TAIS COMO:

I. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS, ATIVOS E PASSIVOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

II. CARTEIRAS DE RECEBÍVEIS BAIXADAS SOBRE AS QUAIS A ENTIDADE MANTENHA RISCOS E RESPONSABILIDADES, INDICANDO RESPECTIVOS PASSIVOS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

III. CONTRATOS DE FUTURA COMPRA E VENDA DE PRODUTOS OU SERVIÇOS

IV. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO NÃO TERMINADA
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

V. CONTRATOS DE RECEBIMENTOS FUTUROS DE FINANCIAMENTOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

2.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

A. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

B. NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

C. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DO EMISSOR EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO
NÃO SE APLICA À COMPANHIA.

2.10. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

A. INVESTIMENTOS, INCLUINDO:

I. DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS

A COMPANHIA NÃO ELABORA PREVIAMENTE UM ORÇAMENTO PARA SEUS INVESTIMENTOS QUE ENTENDE SEREM NECESSÁRIOS; MAS, ADOTA A POLÍTICA DE USAR O MENOS POSSÍVEL AS FONTES DE RECURSOS EXTERNOS, DEIXANDO ESTA OPÇÃO, PREFERENCIALMENTE PARA QUANDO DA COMPRA DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DO USO DE FINAME, LINHAS DE FINANCIAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS NOVOS OU AQUISIÇÃO DE EMPRESAS.

EM 2025, OS INVESTIMENTOS COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, TERRENOS, PRÉDIOS, BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES, COMPUTADORES/PERIFÉRICOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS E VEÍCULOS E IMOBILIZADO EM ANDAMENTO TOTALIZARAM O MONTANTE DE R\$ 37.116,00.

II. FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A COMPANHIA UTILIZA-SE DE CAPITAL PRÓPRIO E SE FOR NECESSÁRIO, IRÁ OBTER CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS, E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

III. DESINVESTIMENTOS RELEVANTES EM ANDAMENTO E DESINVESTIMENTOS PREVISTOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

B. DESDE QUE JÁ DIVULGADA, INDICAR A AQUISIÇÃO DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE DEVAM INFLUENCIAR MATERIALMENTE A CAPACIDADE PRODUTIVA DO EMISSOR

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

C. NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, INDICANDO:

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

I. DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS EM ANDAMENTO JÁ DIVULGADAS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

II. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR EM PESQUISAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

III. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO JÁ DIVULGADOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

IV. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS

NÃO SE APLICA À COMPANHIA

2.11. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

OS ATIVOS OPERACIONAIS DA COMPANHIA SÃO TODOS DE SUA PROPRIEDADE, LIVRES DE ÔNUS E ENCONTRAM-SE EM CONDIÇÕES NORMAIS DE OPERAÇÃO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL. NÃO HÁ ATIVOS OBSOLETOS, QUE AFETEM OU POSSAM VIR A AFETAR A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE

BENS. A EMPRESA ADOTA A POLÍTICA DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E A PERMANENTE MELHORIA TECNOLÓGICA DO SEU PARQUE INDUSTRIAL, VISANDO AO AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E O MELHOR ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE SEUS CLIENTES.

MANUTUT A

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 5 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JÁ PUBLICADAS